



## Conhecimento Multidisciplinar

Luis Flávio Sapori \*

A melhor compreensão dos fenômenos sociais e naturais não pode prescindir da adoção de uma perspectiva multidisciplinar. A segmentação do conhecimento em campos de saber especializados, por um lado, viabilizou o aprofundamento da ciência sobre realidades cada vez mais singulares, por outro lado dificultou nossa capacidade de apreender as múltiplas determinações que as afetam. Não se trata de propugnar a substituição da especialidade pela multidisciplinaridade, mas tão somente de estimular diálogo entre as diversas especialidades. Esse exercício dialógico é bastante enriquecedor do ponto de vista intelectual.

Um exemplo nesse sentido é o estudo que coordenei, em parceria com a professora Regina Medeiros, - sobre o impacto do *crack* na sociedade brasileira, resultando no livro *Crack, um desafio social*, - publicado pela Editora PUC Minas. Procurou-se nesse livro analisar os efeitos do consumo e do comércio dessa droga ilícita na segurança pública e na saúde pública.

O *crack*, dado seu efeito rápido e de pouca duração, leva à compulsão e possivelmente à dependência. Para a manutenção do consumo, os usuários compram pequenas e repetidas doses/pedras de *crack*. Assim, uma droga que é considerada barata, acaba por se tornar muito cara. Os indivíduos de classes sociais mais abastadas começam a gastar suas economias e, não dispondo mais delas, vendem os imóveis e carros, passando para os objetos pessoais, objetos de sua casa e de seus familiares, e por fim, envolvendo-se em delitos mais graves, enquanto que a população de baixa renda gasta seu salário, vende objetos de uso pessoal e domésticos e percorre um caminho mais curto até os delitos mais graves.

A equipe de profissionais que trabalha nas instituições de tratamento de usuários de *crack* é deficitária para atender a demanda que se averigua. As instituições

---

\* Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do RJ/ IUPERJ (2006). Atualmente é professor do curso de Ciências Sociais da PUC Minas como também é coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em segurança pública (CEPESP - PUC Minas). E-mail: lusapori@pucminas.br

são organizadas pela lógica instrumental sistêmica, na qual prevalece a competência técnica do perito e que não privilegia o provimento de condições para a restituição do dependente de drogas a uma rede social que lhe ofereça o suporte para sua recuperação e intervenção em seu contexto social. Existe uma inércia do Poder Público em definir estratégias para um estudo e para uma atenção especial no contexto em que o paciente de *crack* está inserido e sua rede social no sentido de estimular o toxicômano a restituir e renovar os laços interrompidos com o uso compulsivo da substância. Em decorrência, é notória a rotatividade episódica e a reincidência dos pacientes aos serviços de atendimento ao usuário de drogas/*crack*. Além disso, são notórios os riscos sociais e físicos (principalmente de saúde) que os pacientes correm e, em consequência, têm uma qualidade de vida precária; e resignados à própria sorte, são mal compreendidos e intoleráveis aos olhos do Estado e da sociedade civil.

É um equívoco tratar o usuário de *crack* de forma homogênea e absoluta. São necessárias medidas de intervenção e de cuidado para os tipos diferenciados de usuários. Para tal, são necessários critérios para definição dos casos e impressões diagnósticas (se não for possível um diagnóstico diferenciado claro) com encaminhamentos adequados para cada tipo de paciente. Esses dispositivos podem ser; na área de saúde, para os pacientes neuróticos e psicóticos, e, medidas de segurança pública, para os “travestidos de pacientes”.

No que diz respeito à segurança pública, observa-se que o domínio do *crack* nas ‘bocas de fumo’ relaciona-se com os conflitos de natureza mercadológica, sendo o mais recorrente o processo de endividamento que envolve tanto os usuários quanto os indivíduos que atuam na rede, exercendo papéis de frente na comercialização. Os relatos apurados demonstram que o *crack* potencializou as situações de endividamento na rede por uma questão relacionada ao seu principal efeito farmacológico: compulsão ao uso. Outra variável de violência, relacionada ao *crack* são os conflitos originados do “derrame” da droga, ou seja, a sobreposição do uso no montante da droga que tem que ser paga através da venda. Ao contrário de outras drogas, o *crack* não é um produto que permite “malhação” ou “dobra” que são estratégias para garantir geração de um *plus* a partir de uma quantidade de produto adquirido. Sendo assim, a incorporação do usuário à rede de comercialização para o sustento do uso e, portanto, o derrame, torna-se mais recorrente devido à fissura pelo uso. Todos esses aspectos acentuam a relação entre o

tráfico do *crack* e o crescimento da incidência de homicídios nas regiões onde prevalece.

Considerando tais evidências, qualquer política pública de enfrentamento do problema do *crack* na sociedade brasileira deve abarcar as várias dimensões acima delineadas. Tratamento dos usuários, qualificação técnica das equipes de atendimento, repressão do tráfico de drogas, contenção da violência associada ao tráfico são aspectos que devem ser atacados simultaneamente, o que deve envolver o esforço conjunto e integrado de profissionais das áreas médica e psiquiátrica, da assistência social, da psicologia e das organizações policiais. Em suma, só alcançaremos resultados consistentes nessa questão se a política pública pautar-se pela perspectiva multidisciplinar.